



Anais do Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

29º Congresso · 2026 · ISBN 978-65-89012-07-8

As masculinidades e suas crises na pós-modernidade

Masculinities and their crises in postmodernity

Fabiano de Mello Vieira (1)

(1) FAE – Centro Universitário · Curitiba-PR · Brasil

Resumo

O presente trabalho propõe uma discussão reflexiva acerca da construção e dos dilemas da masculinidade na era pós-moderna. Compreendendo a masculinidade e a feminilidade como posições subjetivas atravessadas por conflitos estruturais que se atualizam historicamente, a análise adota como escolha epistemológica a perspectiva falocêntrica da psicanálise. Investigamos como a constituição psíquica do homem e a angústia diante da ameaça da castração se articulam com o cenário contemporâneo de declínio das grandes metanarrativas de legitimidade e da tradicional função paterna. Essa desorientação do sujeito pós-moderno, associada às estruturas do machismo estrutural e da masculinidade hegemônica, frequentemente resulta em uma oscilação entre a insegurança neurótica e o recurso à violência como um mecanismo de controle e gozo. O referencial teórico é tensionado pela experiência prática de atendimentos e supervisões na Delegacia da Mulher de São José dos Pinhais, onde se evidencia a prevalência da violência psicológica, das ameaças e do sentimento de posse masculina. Conclui-se que a superação da crise das masculinidades contemporâneas impõe ao homem a desconstrução de seus privilégios neuróticos e o reconhecimento pleno da alteridade e do desejo da mulher.

Palavras-chave: Masculinidades; Pós-modernidade; Gozo; Psicanálise; Psicologia Corporal

Abstract

This paper proposes a reflective discussion on the construction and dilemmas of masculinity in the postmodern era. Understanding masculinity and femininity as subjective positions shaped by structural conflicts that are historically reconfigured, the analysis adopts the phallogocentric perspective of psychoanalysis as its epistemological framework. We investigate how male psychic constitution and the anxiety arising from the threat of castration are articulated with the contemporary decline of the major metanarratives of legitimacy and the traditional paternal function. This disorientation of the postmodern subject, associated with the structures of structural machismo and hegemonic masculinity, often results in an oscillation between neurotic insecurity and the use of violence as a mechanism of control and jouissance. The theoretical framework is critically examined in light of practical experience derived from clinical work and supervision at the Women's Police Station in São José dos Pinhais, Brazil, where the prevalence of psychological violence, threats, and a male sense of possession becomes evident. It is concluded that overcoming the crisis of contemporary masculinities requires men to deconstruct their neurotic privileges and fully recognize women's otherness and desire.

Keywords: Masculinities; Postmodernity; Jouissance; Psychoanalysis; Body Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Assim escreveu Wilhelm Reich em “A Revolução Sexual (1988, p. 25)”:

As necessidades biológicas, a alimentação e o desejo sexual, determinam fundamentalmente a necessidade da organização social dos homens. As ‘relações de produção’ assim criadas modificam as necessidades fundamentais, sem, no entanto, jamais matá-las, e assim criam novas necessidades.

Esse será o nosso ponto de partida na tentativa de entendermos a relação entre a sexualidade – na sua expressão como desejo sexual e a relação com o próprio corpo e com o corpo do outro – e as características próprias da sociedade em que se vive.

Não obstante, Michel Foucault (1988, p. 9) afirmou: “Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita”. Assim, de forma direta e precisa o filósofo e historiador abre seu primeiro volume de *História da Sexualidade* demonstrando que o discurso sobre a sexualidade no interior das famílias é negado, expulso e silenciado.

Essas apresentações feitas tanto por Foucault quanto por Reich posicionam a sexualidade no centro da experiência humana ao mesmo tempo que ocupa um lugar de tabu, de (mal)dito que, na era pós-modernos apresenta algumas peculiaridades para além das já verificadas ao longo da história. Entre elas, encontra-se mantido o lugar subjugado da mulher em relação ao seu corpo e sua condição subjetiva, alvos dos discursos de dominação e disciplinarização. Vale aqui lembrar o peso histórico da obra *O martelo das bruxas*, escrito por teólogos e inquisidores dominicanos com o intuito de criminalizar ações relacionadas à feitiçaria, pouca fé, malícia, fraqueza física e mental atribuídas a mulheres que, na condição de bruxas, teriam cometido o crime de amaldiçoar amantes adúlteros usando encantamento e poções (MENDES, 2014). Ou seja, incriminadas não pelo que, de fato faziam, mas sim, pelo que desejavam fazer.

Com efeito, podemos afirmar que ao longo de toda a história, o desejo feminino sempre foi tido como ameaça ou crime. A ideia de que o desejo feminino precisa ser monitorado, punido ou contido costura uma linha direta entre a tradição teológica ocidental e a construção do direito civil e penal no Brasil. Na narrativa bíblica do Gênesis, a transgressão de Eva – a curiosidade de provar do fruto proibido e o ato de oferecê-lo a Adão – foi interpretada pela exegese patriarcal clássica como a origem da queda da humanidade. Nessa construção teológica, a mulher passa a carregar a marca da

responsabilidade pela perda do paraíso, pela mortalidade e pelas dores do mundo. Por muito tempo, o ordenamento jurídico e os tribunais no Brasil validaram a tese da “legítima defesa da honra” para absolver homens que assassinavam suas esposas sob a suspeita ou confirmação de traição. A lógica subjacente era perversa: a honra do homem estaria “depositada” na conduta e no corpo da mulher. Caso ela expressasse um desejo por outro parceiro ou simplesmente quisesse encerrar o relacionamento, o ato de violência contra ela era perdoado pelo Estado sob o pretexto de reparar a moral masculina desonrada.

Diante do sofrimento feminino por sua própria condição de existência emerge o questionamento acerca do porquê a mulher é vista como tão ameaçadora e quais as seriam as causas da resposta masculina frente a esta suposta ameaça. Nossa análise seguirá a sugestão de Lima (2023) em sua obra **Homens, masculinidades e psicanálise** em que o autor propõe uma discussão por um viés da posição sexuada que cada sujeito assume no processo de diferenciação sexual. Posição essa que não se contrapõe, mas também não se assemelha completamente às importantes teorias pós-estruturalistas de gênero.

Não obstante, Ambra (2015) observa que os trabalhos teóricos acerca do masculino se encontram marginais em relação a outros estudos de gênero. Concordamos ainda com o que o autor diz posteriormente que isso poderia ter como hipótese explicativa o fato de que a teoria freudiana sobre o masculino foi pautada num caráter um tanto quanto biológico quando nos referimos a construção psíquica e a diferença anatômica dos sexos. Sendo assim, ainda que as discussões neofreudianas tenham se dedicado também ao desenvolvimento dos aspectos simbólicos e imaginários da construção psíquica, entendemos que esse ponto de partida de Freud, bem como toda pouca discussão sobre o masculino repousa sobre a ideia de que os efeitos percebidos na masculinidade pós-moderna ainda evidenciam uma relação problemática do masculino com o que a psicanálise entende como ameaça da castração.

Em paralelo, o presente trabalho propõe situar a posição masculina em relação à pós-modernidade, tempo em que vivemos e que apresenta características peculiares fundamentais na constituição do sujeito contemporâneo. A competitividade extrema e a fragmentação das referências de legitimação se emparelham às evidências foucaultianas de que as relações de poder norteiam as relações humanas ocasionando problemas sérios como a violência de gênero. Cabe ainda ressaltar, de forma não menos importante, que a

motivação desse trabalho surge das discussões realizadas a partir dos últimos três anos de supervisão com grupos de estagiárias de Psicologia na Delegacia da Mulher de São José dos Pinhais – região metropolitana de Curitiba – onde, infelizmente, nos deparávamos semanalmente com inúmeros casos de violência de todos os tipos. Na tentativa de entender melhor o fenômeno, nos debruçamos diante de teorias filosóficas e psicanalíticas com o intuito de encontrar alguns indícios que nos fizessem identificar as bases da violência masculina presente nas relações conjugais. A experiência prática e as discussões teóricas em supervisão apontam para uma infeliz realidade em que o comportamento masculino, amparado pela construção histórica e sua constituição psíquica, encontra na expressão violenta da dominação uma forma de lidar com a angústia própria de sua condição.

2 SITUANDO O PROBLEMA

Pensar nas afirmações do filósofo Michel Foucault (1988, p. 98) no que diz respeito à sexualidade parece sempre um importante ponto de partida. Ele diz:

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e, muitas vezes, fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

Essa passagem do filósofo francês promove importantes reflexões a iniciar por sua indicação de que o principal que está em jogo na problemática da sexualidade refere-se às relações de poder. Essa afirmação servirá de base para a nossa discussão acerca da crise da masculinidade na história e sua potencialização na pós-modernidade. Um pouco adiante Foucault relembra um dos exemplos dessa relação ao resgatar toda a discussão acerca da histerização do corpo feminino que foi entendida como uma das quatro grandes estratégias de saber e poder que compõem o “dispositivo de sexualidade” a partir do século XVIII. Esse conceito não se refere apenas a uma patologia médica, mas a um processo de qualificação e controle do corpo feminino que foi colocado sob uma vigilância médica constante e o redefiniu através de sua função no seio da família. A figura da “mulher nervosa” surge como o rosto mais visível dessa estratégia: uma mãe que, por estar “saturada” de sexualidade, requer cuidado médico constante para não comprometer

a harmonia do lar. Assim, qualquer “desvio” ou “nervosismo” feminino era visto como uma ameaça biopolítica que poderia afetar a descendência e a força da nação.

Essa histerização do corpo feminino, aliada à atribuição da mulher como garantidora da harmonia doméstica e do cuidado familiar, ressurgiu hoje no discurso de movimentos “red pill”. Sob o pretexto de “proteção e cuidado”, argumenta-se que a mulher não deve trabalhar fora por já ter suas necessidades supridas pelo homem. Na prática, tais justificativas operam como ferramentas para perpetuar a submissão e o controle sobre as mulheres.

Pierre Bourdieu (2026) aponta que

a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, onde as coisas são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

No argumento do sociólogo notamos que a hierarquia entre os sexos é percebida como um fenômeno natural e inescapável na sociedade contemporânea. Essa estrutura de poder manifesta-se de forma objetiva, permeando a organização dos espaços físicos e a utilidade dos objetos cotidianos. Simultaneamente, essa desigualdade é internalizada pelos indivíduos, moldando profundamente a maneira como cada pessoa percebe e interage com a realidade. O autor explica que tal divisão não é apenas externa, mas torna-se parte do hábito. Assim, o sistema de dominação masculina se mantém estável porque atua como um esquema mental involuntário que dita comportamentos automáticos. Essa construção social invisível faz com que normas arbitrárias de gênero sejam aceitas como verdades universais e inquestionáveis.

A formulação teórica de Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina guarda uma profunda convergência com a noção contemporânea de machismo estrutural. Ambas as abordagens recusam a interpretação do machismo como mero somatório de desvios individuais, atitudes pontuais ou episódios isolados de discriminação. Em vez disso, situam a assimetria entre os gêneros como um princípio organizador e fundante da vida social, cujas raízes se espalham tanto pelas instituições formais quanto pelas práticas ordinárias da rotina.

O ponto que une esses dois arcabouços teóricos reside na compreensão dos mecanismos de reprodução dessa hierarquia. A estabilidade do sistema de dominação apoia-se na

dinâmica da violência simbólica, processo no qual os sujeitos — dominantes e dominados — incorporam as divisões do mundo social sob a forma de *habitus*. Por meio dessa socialização profunda, as disparidades de poder são interiorizadas como esquemas corporais e mentais automáticos de percepção, avaliação e ação. Dessa maneira, a ordem de gênero passa a ser vivenciada não como uma imposição coercitiva ou arbitrária, mas como um dado biológico, inescapável e pré-reflexivo (BOURDIEU, 2026).

É justamente nessa articulação entre o plano macroestrutural e a dimensão subjetiva que reside a noção de machismo em sua perspectiva estrutural. A dominação não precisa recorrer à força física contínua para se perpetuar; ela se mantém eficaz porque molda a própria arquitetura cognitiva com a qual a realidade é interpretada. Ao perpassar a linguagem, a divisão do trabalho, a ocupação dos espaços e a utilidade dos objetos cotidianos, a hierarquia entre os sexos converte-se em uma estrutura invisível, porém altamente eficiente, garantindo que normas sociais historicamente construídas continuem a ser aceitas como verdades universais e inquestionáveis. Com efeito, o machismo estrutural é percebido nas narrativas de ambos os sexos, mas, sobretudo no masculino em duas camadas complementares: uma mais explícita (visível e declarada) e outra velada (sutil e naturalizada).

O machismo explícito opera de forma ostensiva e direta sem disfarces ideológicos, com afirmações de que homens são “naturalmente” líderes, racionais e dominantes, enquanto mulheres são “emocionais, manipuladoras ou dependentes”. Desqualifica de forma verbal e direta a autonomia feminina com ataques ao feminismo e rejeição aberta à igualdade de direitos de gênero. Defendem abertamente que papéis sociais devem ser rigidamente divididos, atribuindo à mulher o dever de servir e obedecer ao homem em troca de sustento.

Já o machismo velado é mais sutil e frequentemente se disfarça de cuidado, virtude ou tradição. Ele não se apresenta como um ato de agressão, mas como um gesto de “proteção” ou “natureza das coisas”, tornando sua identificação e combate mais complexos. Os discursos são baseados na ideia de que a mulher é frágil e deve ser poupada do mundo externo. Sob o pretexto de prover e proteger, retira-se o poder de decisão e a independência financeira da mulher. Na naturalização de que a gestão do lar e da família é uma atribuição “intrinsecamente feminina” o homem que executa tarefas domésticas é visto como alguém que “ajuda”, reforçando que a responsabilidade primária não é dele.

Raewyn Connell lança a noção de “masculinidade hegemônica” compreendendo-a como um padrão de práticas que possibilita a reprodução do patriarcado e a manutenção da dominação masculina sobre as mulheres. Essa relação não se baseia apenas no uso da força bruta, mas principalmente em uma dominação legitimada socialmente através de instituições como a religião, meios de comunicação e estruturas de poder organizacional. A masculinidade hegemônica é o modelo que melhor responde aos questionamentos sobre a legitimidade do patriarcado. Ela estabelece um ideal de “homem” que, embora não seja praticado pela maioria dos homens, serve como norma para avaliar todos os outros e garantir a subordinação global das mulheres (NASCIMENTO JÚNIOR, 2026).

O conceito é eminentemente relacional; a masculinidade hegemônica define-se, muitas vezes, em oposição à feminilidade, sendo que esta última é produzida em um contexto de dominação masculina. Connell destaca a “feminilidade enfatizada” como o padrão feminino que aceita a subordinação aos homens, estabelecendo uma relação aparentemente harmoniosa com o modelo hegemônico masculino. Embora a maioria dos homens não atenda ao ideal hegemônico, muitos ocupam uma posição de “masculinidade cúmplice”. Eles apoiam o padrão hegemônico porque se beneficiam da dominação masculina e da subordinação das mulheres sem precisar exercer diretamente a autoridade ou a opressão.

Não obstante, as expressões mais diretas e violentas da masculinidade hegemônica também se apresentam com frequência em nossa sociedade. O número de feminicídio no Brasil é alarmante e os casos de violência de todos os tipos contra a mulher não fazem distinção de raça ou classe social, ainda que um recorte interseccional seja sempre imprescindível para avaliar que existem diferenças importantes nos números. Constatar, por exemplo, que três a cada dez mulheres no Brasil sofrerá algum tipo de violência doméstica ao longo de sua vida e quando analisamos pelo recorte de raça e identificamos que esse número sobe para cinco a cada dez mulheres pretas não podemos, de maneira alguma, naturalizar essa estatística. É preciso, definitivamente, que lancemos um olhar crítico sobre a construção da masculinidade na contemporaneidade.

Embora o trabalho desenvolvido por Connell (importante referência nos estudos sobre o tema) entenda a masculinidade como uma produção cultural influenciando o sujeito, mas também sendo influenciada por ele, em alguns momentos os papéis intrapsíquicos também são considerados.

Nesse sentido, a psicanálise pode ocupar um lugar de reflexão acerca do masculino e do feminino por considerar que o sujeito se constitui de maneira singular, a partir da sua relação com as figuras do outro que ele encontra durante a vida e com as balizas apresentadas pela sociedade em que se vive. No entanto, essa é apenas uma linha teórica que trata o tema, não ocupando o lugar de discurso único e detentor da verdade. Sobre a dificuldade em unificar um debate sobre a masculinidade Pedro Ambra (2015, p. 24) assevera:

Uma discussão sobre a masculinidade pode encontrar, além de diferentes endereçamentos, diferentes pontos de partida. Entre uma essência masculina, uma construção social radical, uma designação de gênero que vem do Outro, uma performance viril, uma identidade, uma identificação, um discurso, um posicionamento em relação à linguagem, uma lógica própria, uma construção histórica específica e uma modalidade de gozo não há apenas diferenças terminológicas, mas abismos políticos e epistemológicos demasiado complexos para um exercício de síntese ou diferenciações que partilhem de um mínimo rigor.

Diante dessas diferentes possibilidades de situar o masculino numa teorização acerca dos elementos que fundam sua existência, adotaremos o viés psicanalítico e sua perspectiva falocêntrica como nossa escolha epistemológica, não por desconsiderar os argumentos levantados por Connell, por exemplo, mas sim por ser necessário delimitar um caminho a ser percorrido nesse cenário vasto. A construção social do masculino possui inegável relevância para o debate, ainda que a presente proposta perpassasse pela etiologia da neurose masculina. Tal concepção, formulada a partir das bases freudianas e expandida pelos neofreudianos e encontra-se tensionada pelas vicissitudes da era pós-moderna. Dessa forma, dimensões estruturais do sujeito e construções socioculturais se entrelaçam em um entre-dois cujas fronteiras são indissociáveis.

Sendo assim, correlacionaremos essa problemática àquela verificada nos atendimentos realizados na Delegacia da Mulher de São José dos Pinhais nos últimos semestres. Entre os tipos de violência identificados nos atendimentos, lidera a lista de tipo mais verificado a violência psicológica apresentada, principalmente, na forma de ameaça praticada tanto por parceiros quanto por ex-parceiros, o que, de certa forma, corrobora nossas análises teóricas até aqui: a tentativa de manutenção da dominação masculina apontada por Connell, Bordieu entre outros, está presente tanto na proliferação dos discursos machistas quanto nas ações violentas diretas que pudemos verificar.

A seguir, veremos como Freud desenvolveu sua teoria acerca da etiologia da neurose a masculina e a sua relação com o nosso problema central.

3 O PRIMEIRO PARADIGMA: A CONSTRUÇÃO ESTRUTURAL

Uma das principais críticas feitas à psicanálise reside na importância dada à diferença anatômica dos sexos e, posteriormente, às questões edípicas, no desenvolvimento do sujeito no que se refere a ser homem e mulher. De fato, as construções freudianas se baseiam numa perspectiva falocêntrica, mas, nesse sentido é importante ressaltar que a construção da noção de falo desde Freud e, posteriormente, em Lacan coloca essa condição numa inscrição simbólica que precisa ser entendida para que a problemática não fique ainda maior. Reconhecer essa noção tão importante para a psicanálise será aqui o cerne da nossa primeira elaboração.

O texto **Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade** de 1905 é, sem dúvida um marco no que diz respeito ao início da teorização freudiana acerca da vida sexual dos seres humanos com destaque para a desnaturalização dos corpos a partir de sua erogenização. É nesse texto que Freud se mostra revolucionário ao afirmar que na sexualidade humana o que está em jogo, primeiramente, é sempre a busca por satisfação e não outra coisa. Quase vinte anos mais tarde quando todos os principais conceitos freudianos já tinham sido construídos, o inventor da psicanálise retoma os principais pontos no trabalho **A organização genital infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade)**. Aqui, Freud vai afirmar que:

Mesmo não se realizando uma combinação adequada das pulsões parciais sob a primazia dos órgãos genitais, no auge do curso do desenvolvimento da sexualidade infantil, o interesse nos genitais e em sua atividade adquire uma significação dominante, que está pouco aquém da alcançada na maturidade. Ao mesmo tempo, a característica principal dessa 'organização genital infantil' é sua **diferença** da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do **falo**.

E complementa em seguida:

Infelizmente, podemos descrever esse estado de coisas apenas no ponto em que afeta a criança do sexo masculino; os processos correspondentes na menina não conhecemos. O menino, sem dúvida, percebe a distinção entre homens e mulheres, porém, de início, não tem ocasião de vinculá-la a uma diferença nos órgãos genitais dele. Para ele é natural presumir que todos os outros seres vivos, humanos e animais, possuem um órgão genital como o seu próprio.

Notemos que as afirmações de Freud nos conduzem à seguinte questão: Há uma perspectiva falocêntrica em todo desenvolvimento sexual infantil onde o masculino é

colocado como ponto de partida. Desse modo, estabelece-se aí um lugar de “normalidade” de “modelo” e de “superioridade” em relação ao feminino. Freud já naquela época apontava esse fator como gerador de depreciação em relação às mulheres e um horror atribuído a elas pelo fato de não possuírem um pênis. A criança que, nas fases iniciais de desenvolvimento, avalia o mundo através do aspecto de “ter” ou “não ter” algo, supõe que a falta do pênis é decorrente da punição sofrida por carregar impulsos inadmissíveis. Com efeito, para as crianças as mulheres são criaturas que perderam seus órgãos genitais como consequência dessa punição.

Da mesma forma, identificamos esses elementos freudianos na teoria de Bordieu (2026, p. 26) acerca da dominação masculina. O autor assevera:

O mundo social constrói como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e antes de tudo ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica de mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino e, especificamente, a diferença entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros.

Se, para a criança do sexo feminino a hipótese se refere ao “não ter” em função da perda, para os meninos resta a prepotência do “ter” e a angústia diante da possibilidade de perder. Paralelamente a isso, nota-se por parte da mesma criança que o pai é o sexo masculino que chegou na fase adulta sem perder, portanto, ele é o agente da castração. Se ele não perdeu é porque ele próprio é o responsável por “fazer perder”. Toda essa representação que situa o pai como agente da castração e promove essa angústia é resultado da trama edípica que, entre outras coisas, funda a instância psíquica chamada de superego. Sobre esse importante conceito Freud (1923/1991, p. 156) diz:

O ego descobre a sua unidade ameaçada e prejudicada por esse intruso e continua a lutar contra o sintoma, tal como desviou o impulso instintual original. Tudo isso produz o quadro de uma neurose. Não é contradição que, empreendendo a repressão, no fundo o ego esteja seguindo as ordens do superego, ordens que, por sua vez, se originam de influências do mundo externo que encontraram representação no superego.

O superego é, portanto, o representante da função paterna inscrita no psiquismo humano. Função esta que tem peso de Lei na medida em que se apresenta sob dois aspectos: o de proteção e o de punição. Assim, a representação de pai, da forma como entendemos em

nossa sociedade, também tem essa dupla função. Não obstante, encontramos no sistema denominado “patriarcado” o discurso masculino ancorado nessa mesma estrutura que, a partir da ideia de proteção e com a capacidade de punir, se apresenta como Lei.

Não obstante, os meninos convivem com dois sentimentos diferentes, mas complementares. Por um lado, a certeza de queles tem algo “a mais” que as meninas e, por outro, o medo vivenciado pela possibilidade de perderem a qualquer momento aquilo que os diferencia. A seguir, veremos como esse mesmo superego encontra-se sob algumas mutações próprias da nossa época e colide com a noção de declínio.

4 O SEGUNDO PARADIGMA: OS DECLÍNIOS

As discussões dos últimos 30 anos em psicanálise acerca da masculinidade se confundem com a preocupação da época em relação ao chamado “declínio da função paterna”. A ascensão das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades, por exemplo, começa a destacar a capacidade feminina em assumir com maestria a dupla (e as vezes tripla) jornada dividindo (1) com o homem as despesas e responsabilidades da casa sem deixar de lado as funções a elas atribuídas ao longo da história, fruto de um modelo de família conhecido como “patriarcal”. (2) O homem, figura entendida como forte e protetora, resultante desse mesmo modelo, começa a enxergar a mulher não só como uma parceira, mas como uma ameaça ao seu lugar. Ou seja, a masculinidade que já se associava à figura do pai cujo legado deveria ser transmitido ao filho começava a perceber sua perda de autoridade em decorrência das conquistas femininas. Entre os debatedores acerca da causa do declínio da função paterna nessa época destacam-se Jean Pierre Lebrun e Charles Melman que, ao discutirem a questão na famosa obra “O Homem sem gravidade – gozar a qualquer preço” desatacam o fato de que

O matriarcado regula, com efeito, a questão da causa, da causalidade. E, primeiro no que concerne à fecundação, ao dizer que esse processo se origina num mecanismo evidente e que não poderia ser mais positivo: a mãe é a causa do filho. Estabelece-se, então, um regime em que a mãe, como presente no campo da realidade – quer dizer, enquanto não se fundando em nenhum mistério, mas em seu próprio poder, sua própria autoridade –, se encontra investida dessa potência que é para todos os seres humanos a potência suprema. (MELMAN, 2008, p. 79)

Com efeito, observamos que, enquanto a maternidade apresenta status de causalidade, a paternidade é funda-se no mistério. Ou seja, uma boa parte daquilo que é a paternidade advém de uma construção imaginária que, da mesma maneira, coloca em xeque sua importância e, muitas vezes, reduz a sua função a algo acessório e não mais necessário. Como

assevera Philippe Julien (2004, p. 41): Não há verdadeira autoridade paterna a não ser a recebida de uma mulher”. Notamos, dessa forma, que a psicanálise sempre situou o homem numa condição na qual sua aparente superioridade foi constantemente submetida às leis da castração de forma contrária à da posição feminina, porém, ainda assim, problemática. Ou seja, de maneira resumida, se a mulher é “inferior” por apresentar a castração no real do seu corpo, o homem é constantemente ameaçado pela possibilidade de castração e assim, perder aquilo que lhe confere uma posição privilegiada.

Tais características apontadas por Freud alcançam sua potencialização na pós-modernidade. A sexualidade ainda é tabu, as desigualdades nas relações de gênero nunca foram tão pautadas e a sensação de desamparo – que é estrutural – se apresenta agora com novos contornos. A pós-modernidade é pop, a pós-modernidade não poupa ninguém e o, antes adolescente frágil, agora é o adulto inseguro, ciumento e controlador que acredita que sendo assim, vai evitar o sofrimento decorrente da fantasia (e realidade) de que ele não é suficiente para a (não) sua mulher.

De olhos bem fechados, último filme de Stanley Kubrick é sempre muito atual quando se trata de alguns conflitos vivenciados pelos casais. No filme, quando em uma conversa do casal, William vivido por Tom Cruise, um médico sedutor que dá suas “carteiradas” para abrir todas as portas e acessar os lugares onde os outros não acessam, diz para a sua esposa (vivida por Nicole Kidman) que tem certeza de que ela não o trairia, Alice (a personagem), espantada pergunta: “por que?” e ele, do alto da soberba obsessiva prontamente, replica: “Porque você é minha mulher!”, Alice aproveita a deixa, se despe do véu imaginário que a cobria e relata um desejo que alimentou em fantasia onde William era foracluído da relação e ela teria vivido momentos de intenso prazer com outro homem. Ainda que a revelação de Alice não representasse algo que, de fato havia acontecido, ouvir aquilo se torna insuportável para William que segue durante todo o filme flertando com experiências perversas e proibidas como quem tentasse uma vingança inconsciente em relação a “sua” mulher desejante e assim pudesse se reafirmar e se reconfortar no seu castelo (de cartas) neurótico.

É nessa trama que, na realidade, muitos dos atos de violência doméstica acontecem. William apenas brincou de ser perverso na obra de Kubrick. Mas quantos desfechos acontecem de forma muito mais trágica na nossa sociedade? Não é preciso ser perverso para matar uma mulher porque ela deseja. A insegurança neurótica, conservadora, também mata e mata muito! É a última consequência do desespero do homem pós-

moderno frente à ameaça da castração. Ele não nasceu para perder! Ele foi ensinado que não havia mérito em chegar em segundo lugar, e que a competitividade é uma qualidade (ou competência) cada vez mais valorizada.

Com efeito, é sobre essa mesma lógica que se proliferam os discursos antifeministas disseminados entre homens e algumas mulheres que vociferam aquilo que foi muito bem apontado por hooks (2023, p. 11): “[...] elas odeiam homens; elas querem ir contra a natureza (e deus); todas elas são lésbicas; elas estão roubando empregos e tornando difícil a vida de homens brancos que não tem a menor chance”. Desse modo, planta-se a ideia de uma rivalidade ainda mais radical entre homens e mulheres onde os homens, frequentemente, criam quadros paranoicos em relação à mulher que é, mais uma vez, colocada na posição de pecadora, transgressora e destruidora de homens e lares. As feministas de hoje são as bruxas nos tempos de inquisição.

De fato, o chamado “declínio da função paterna” amplamente estudado pelos psicanalistas no início desse século, provoca uma crise na constituição do sujeito contemporâneo que se encontra à deriva, carente de referências consistentes. Dany-Robert Dufour associa essa falta de referência àquilo que Jean François Lyotard já tinha apresentado como característica principal da pós-modernidade que é a crise nas grandes metanarrativas explicativas. Deus, e a Ciência, por exemplo, já não representam as grandes posições a partir das quais o sujeito se organiza.

Atualmente, na era da pós-verdade Deus ou qualquer outro discurso religioso é utilizado de forma instrumental para atender interesses individuais, na mesma forma que a ciência é constantemente negada a partir de argumentos rasos, mas que são tomados como verdades em que o sujeito incorpora como crenças. Ou seja, essas grandes narrativas que perderam força ao longo da história podem ser equiparadas àquilo que Lacan chamou de Nome-do-Pai e que representa a Lei internalizada que guia cada sujeito. Dufour (2005, p. 37) assevera que essa Lei assume um lugar de Outro em relação ao sujeito, uma instância imaginária, mas que assume um lugar simbólico na medida em que é “assegurada por figuras que têm estrutura de ficção. Em seguida o autor é ainda mais enfático:

Nós nos fazemos o administrador do Outro. Seu intérprete. Seu profeta. Seu servidor. Seu adjunto. Seu escriba. Seu objeto. Ele quer. Ele estabelece. Mas, por trás de todas as mascaradas sociais, o único interesse do Outro é que, assim transfigurado, ele suporte por nós o que não podemos suportar.

A partir dessas afirmações de Dufour situamos a importância da função paterna (Nome-do-Pai) e seu declínio na pós-modernidade em relação a nossa problemática que a apresenta um sujeito ainda mais frágil, carente de narrativas consistentes e com sua relação com a Lei prejudicada.

Melman e Lebrun, alertam para o fato de que pensar o declínio da função paterna como um problema do início da pós-modernidade não é, de forma alguma, um pedido para o retorno do patriarcado. A questão que se instala aqui é a respeito de uma função necessária na constituição do sujeito para possibilitar, entre outras coisas, o acesso ao desejo. Diz Melman (2008, p. 76): “Ora, o pai, de fato, de modo algum é aquele que interdita o desejo, muito pelo contrário, como já dissemos: ele é aquele que torna possível o acesso ao desejo”. Assim, carentes de uma relação bem demarcada como aquele que possibilita o acesso ao desejo resta aos sujeitos da pós-modernidade um mergulho na relação de gozo com o objeto já que a relação de gozo se dá na ordem inversa do desejo, ou seja, o desejo nasce com a falta e o gozo se dá na presença do objeto. Com efeito, encontramos nesse sujeito à deriva uma tentativa de resolver a angústia própria do ser desejante pela via da relação de gozo com o objeto (3).

Portanto, a violência apareceria como expressão de um tipo específico de gozo experimentado pelo sujeito como estratégia inconsciente para lidar com a angústia da castração. Uma mulher desejante é a própria ameaça da castração na medida em confronto o homem com sua própria insegurança.

5 O TERCEIRO PARADIGMA: O RESGATE FRACASSADO E O ÁPICE DA CRISE

Laurie Penny (2022, p. 12-13) ao tratar do que ela chamou de “A nova revolução sexual” asseverou:

Tudo isso está acontecendo em uma época de crises, colapso e incessante convulsão social, enquanto a biosfera implode, a economia global balança, e os tiranos exploram essa incerteza para tomar o poder, prometendo aos apoiadores retorno às velhas e violentas certezas de gênero, raça e nação.

Encontramos na afirmação da autora uma síntese do que estamos argumentando até aqui e que nos apontará o caminho para a continuidade: Diante de incertezas – e aqui falamos da fragilidade neurótica masculina aliada às crises das referências na pós-modernidade – discursos “conservadores” ganham força como se representassem o estandarte da moralidade e um guia de salvação para homens e mulheres. Não por acaso, milhares de

influenciadores ocupam as redes atualmente estabelecendo padrões de comportamento que devem ser seguidos para se alcançar o sucesso, o reconhecimento e, por fim, a *performance*, marcas do tempo atual. Nesses discursos predomina o caráter sexista de “resgate” à honra e os bons costumes onde, com frequência, a mulher é colocada no lugar onde seus desejos são cerceados em nome do cuidado e da proteção masculina. São exemplos de estratégias de controle e dominância masculina disfarçados cuidadosamente de algo “bom” para, de fato alcançarem formas de defesa da sua potência frágil e imaginariamente construída.

É aqui que situamos o centro do que entendemos como crise da masculinidade pós-moderna. Diante do que foi exposto, identificamos o homem como aquele que, desde sempre, se constituiu a partir da ilusão de superioridade em relação à mulher baseada na diferença anatômica dos sexos. Em seguida, analisamos o fato de que a base da constituição do sujeito na pós-modernidade evidenciou um processo de declínio decorrente de inúmeras variáveis, entre eles, o declínio da função paterna e a ascensão do feminino em diversos contextos. Como consequência desse fenômeno aliado à herança cultural que funda o chamado machismo estrutural, o homem pós-moderno se vê agora imbuído da missão de recuperar esse lugar entendido como perdido e que necessita urgentemente de restauração para aliviar a angústia da castração atualizada.

A realidade que estamos vivenciando demonstra a dificuldade de experienciar a alteridade. Transformar outro na condição de objeto para assim controlá-lo é bem diferente de desejá-lo ou reconhecer que há nele um desejo outro. Os discursos de “cuidado” atualmente proferidos por parte dos homens que advoga a respeito do resgate de uma masculinidade perdida são tentativas “politicamente corretas” de recuperação de uma autoridade que se vê ameaçada pela emancipação feminina. Mais uma vez, assim como nos tempos da inquisição, o desejo feminino é atacado, agora de maneira sutil e disfarçada. Nesse sentido, Bianchini *et al* (2019, p. 19) afirmam que

Quando se verificam diferenças, quem tem o poder de estabelecê-las toma-se por referência neutra, e o diferente torna-se objeto de controle, para ser eliminado ou inferiorizado, incidindo sobre ele a violência considerada eficiente para tal objetivo. Em se tratando de controle da mulher, essa violência pode alcançar dimensão de controle total, dada a situação de afeto, intimidade, convivência (em muitos casos) e continuidade, que caracteriza a relação de poder desigual decorrente do sistema de desigualdade de gêneros.

Conforme afirmam as autoras da obra *Crimes contra mulheres*, o controle sobre a vida do outro constitui uma estratégia central de dominação — um fenômeno amplamente

observado na rotina de atendimentos policiais. Diferentemente dos discursos de “cuidado”, sob os quais a violência se manifesta de forma silenciosa e velada, há cenários em que a agressão ocorre de maneira direta e ostensiva. Exemplifica essa dinâmica o relato de uma mulher que, mesmo após um ano do término do relacionamento, teve sua rotina vigiada por um vizinho. Este informou ao ex-companheiro que ela recebia a visita de seu atual namorado, o que motivou o agressor a ir imediatamente até a residência da vítima para ameaçar o casal. Relatos como esse foram comuns ao longo dos atendimentos e demonstram que o sentimento de posse por parte do homem permeia muitos relacionamentos e se estende mesmo após o término, o que demonstra o componente estrutural presente nas masculinidades visto que esse não foi um caso isolado.

Chama a atenção que, em meio a toda essa escalada da violência de gênero nos últimos anos, a resposta masculina tenha sido, justamente, a mobilização pelo “resgate” dos valores da sociedade patriarcal que já se mostrou ao longo da história como produtora de condições culturais que, baseadas na autoridade masculina, no domínio sobre o espaço doméstico, no controle da sexualidade feminina, na associação entre masculinidade e agressividade, naturalizou o controle sobre o corpo e os comportamentos das mulheres. Lembramos que esse é um modelo constituído e marcado por uma organização rígida e patriarcal das relações familiares, na qual o pai ocupa uma posição hierárquica em relação à mãe e aos filhos. Esse arranjo sustenta uma dicotomia entre, de um lado, uma mãe associada à proteção e aos cuidados e, de outro, um pai identificado à autoridade, à interdição e à imposição de limites.

Para Michel Tort (2008), essa configuração não deve ser tomada como uma estrutura universal ou necessária, mas como uma modalidade histórica e contingente de organização da parentalidade. Nessa direção, o autor nos convida a compreender as transformações sociais contemporâneas não apenas em termos de perda ou declínio, mas também a partir de suas possibilidades emancipatórias. As fissuras produzidas no modelo patriarcal contribuíram — e continuam contribuindo — para ampliar as possibilidades de liberdade e igualdade, favorecendo a emergência de novas formas de subjetivação e de diferentes modos de exercício da parentalidade. Segundo o autor o que estaria em declínio não seria propriamente a função paterna, mas aquilo que denomina “solução paterna”, o que significa dizer que a importância do pai enquanto função na constituição do sujeito continua importante, no entanto essa função necessita de atualização constante diante das mudanças sociais e das novas configurações familiares e não de um resgate de posições arcaicas e historicamente problemáticas.

Bell Hooks (como prefere ser chamada), fez questão de deixar claro que, embora a mídia de massa conservadora sempre fez questão de representar as feministas como “mulheres que odeiam homens”, o problema nunca foi apontado diretamente aos homens, mas sim o patriarcado, o sexismo e a dominação masculina. Nas palavras da autora (2023, p. 107):

A masculinidade patriarcal incentiva homens a serem patologicamente narcisistas, infantis e psicologicamente dependentes dos privilégios (ainda que relativos) que recebem simplesmente porque nasceram homens. Muitos homens sentem que vida será ameaçada se esses privilégios lhe forem tirados, já que não estruturaram qualquer identidade essencial significativa.

A citação em questão sustenta a tese de que a posição estrutural do sujeito masculino – em termos psicanalíticos – o condiciona a uma existência fragilizada, pautada por inseguranças neuróticas nas quais a violência atua como mecanismo de compensação e alívio. Trata-se de um funcionamento sintomático obsessivo que se avizinha da estrutura perversa: a agressão surge como modalidade de gozo que simula a perversão, diferenciando-se dela justamente por ter como deflagrador o temor da castração.

Bell Hooks sugere que: “Para mudar isso, homens devem criticar e desafiar a dominação masculina sobre o planeta, sobre homens menos poderosos e sobre mulheres e crianças. Mas devem também ter uma visão clara do que é a masculinidade feminista”. Para Hooks, esse conceito propõe uma redefinição da identidade masculina desvinculada das lógicas de dominação, controle e supressão emocional impostas pelo patriarcado, reelaborando a noção de força e priorizando o afeto na educação de meninos e meninas.

Laurie Penny (2022, p. 307) reforça que “se os homens são incapazes de reconhecer as próprias emoções, vão começar a se comportar como se seus sentimentos fossem fatos, tratando as próprias respostas emocionais subjetivas como verdades objetivas”. O fato é que isso já está acontecendo. Os discursos masculinos atuais retomam como verdade seus delírios conservadores, estabelecem alianças entre si e projetam no outro feminino toda a sua dificuldade. Giddens (1993, p. 53-54) enfatizou que

A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade, e sem dúvida alimentou diretamente alguns dos valores propagados sobre o amor romântico. A imagem da ‘esposa e mãe’ reforçou um modelo de ‘dois sexos’ das atividades e dos sentimentos. As mulheres eram reconhecidas pelos homens como sendo diferentes, incompreensíveis – parte de um domínio estranho aos homens.

É exatamente essa lógica que tornou tão difícil para o personagem Willian do filme de Kubrick e torna difícil para muitos homens da nossa sociedade reconhecer a mulher como

alguém desejante que se encontra cansada de ser colocada na posição de objeto de dominação e controle como meio de alívio ao sintoma neurótico masculino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões propostas ao longo deste trabalho evidenciam que a masculinidade contemporânea se encontra em um ponto de inflexão histórica e subjetiva profunda. Na transição para a pós-modernidade, as metanarrativas tradicionais perderam seu poder de ordenação social, deixando o sujeito pós-moderno à deriva e carente de referências simbólicas consistentes. Esse cenário de desorientação reflete-se de maneira aguda na subjetividade masculina, dividida entre a insegurança neurótica e impulsos de dominação que frequentemente culminam em expressões de violência. A análise das crises da masculinidade exigiu, portanto, articular as bases estruturais do psiquismo com as propostas críticas de Michel Tort e bell hooks, visando compreender não apenas a gênese desse problema, mas os caminhos possíveis para sua superação.

A fundamentação freudiana acerca do masculino ofereceu o ponto de partida essencial para desvelar a etiologia desse sofrimento. Pautada originalmente na diferença anatômica dos sexos e na primazia do falo, a teoria de Sigmund Freud demonstra como o desenvolvimento sexual infantil estabelece uma lógica falocêntrica. Na organização genital infantil, o menino avalia o mundo a partir da premissa de “ter” ou “não ter” o pênis, assumindo o órgão masculino como modelo universal e de superioridade. Nessa dinâmica mítica, a falta percebida na mulher é interpretada como resultado de uma punição de impulsos intoleráveis, instalando nela a marca da perda e, no menino, a prepotência do “ter” aliada a uma profunda angústia de perder – a angústia da castração.

O pai surge nessa trama edípica como o agente da castração, a figura que possui o órgão e que, por sua posição de autoridade, interdita o desejo e impõe limites. Essa interdição funda o superego no psiquismo humano, herdando a função paterna com peso de Lei sob o duplo aspecto de proteção e punição. No entanto, na pós-modernidade, essa estrutura sofreu mutações severas. O avanço das conquistas femininas no mercado de trabalho e nas universidades abalou o lugar de autoridade e suposta supremacia que o modelo familiar patriarcal reservava ao homem. Diante de uma “mulher desejante”, que desafia o lugar de objeto de dominação e controle, a insegurança neurótica masculina é violentamente atualizada. Sem os referenciais de poder tradicionais, o homem pós-moderno experimenta a emancipação feminina como uma iminente ameaça de castração, respondendo a essa angústia através de uma tentativa desesperada de posse, controle e,

em casos mais graves, pela violência direta – que funciona como uma modalidade sintomática de gozo perverso frente ao desamparo estrutural.

Frente a esse colapso das certezas patriarcais, a teoria psicanalítica contemporânea frequentemente lamentou o “declínio da função paterna”, interpretando a fragilização masculina como uma crise civilizatória que demandaria um retorno aos referenciais arcaicos. Vimos com Tort que o que se encontra em crise e declínio na contemporaneidade não é propriamente a paternidade em sua dimensão constitutiva, mas sim o que ele denomina “solução paterna”. A importância do pai como função estruturante no psiquismo e facilitadora do acesso ao desejo do sujeito continua sendo inquestionável. Contudo, essa função não pode continuar ancorada em dogmas autoritários ou privilégios sexistas. Em vez de pregar um resgate reacionário de posições arcaicas e historicamente problemáticas, as transformações sociais contemporâneas e as fissuras no modelo patriarcal devem ser celebradas por suas potencialidades emancipatórias. As novas configurações familiares e as mudanças de gênero exigem uma atualização constante do exercício da parentalidade, abrindo espaço para novas formas de subjetivação que descentralizem o poder masculino e promovam relações baseadas na liberdade e na igualdade de gênero.

Observamos com a teórica e ativista feminista bell hooks a necessidade urgente de transformar a própria identidade do homem. Hooks esclarece, de início, que a crítica feminista não se dirige de forma individualizada ou odiosa aos homens, mas sim ao sistema do patriarcado, ao sexismo e à dominação masculina. Segundo ela, a “masculinidade patriarcal” é profundamente nociva para os próprios homens, pois os incentiva a desenvolverem um narcisismo patológico, um funcionamento infantilizado e uma dependência psicológica crônica dos privilégios sociais concedidos pelo mero fato de terem nascido homens. Desprovidos de uma identidade essencialmente significativa fora dessas estruturas de poder, muitos homens sentem que sua própria existência é ameaçada quando confrontados com a perda de seus privilégios de gênero.

Para superar essa paralisia neurótica e violenta, hooks propõe que os homens assumam o compromisso de criticar e desafiar ativamente a dominação masculina em todas as suas instâncias – seja sobre o planeta, sobre homens menos poderosos, ou sobre mulheres e crianças, construindo assim uma “masculinidade feminista”. Esse conceito convida os homens a reelaborarem a própria noção de força, retirando-a do espectro da agressividade e ancorando-a na capacidade de afeto, cuidado, inteligência emocional e

vulnerabilidade. Na educação de meninos e meninas, o afeto e a reciprocidade mútua devem passar a ocupar o centro do desenvolvimento psíquico.

As considerações desenvolvidas neste ensaio confluem para a constatação de que a crise da masculinidade na pós-modernidade não será resolvida com o reforço de delírios conservadores ou discursos de “resgate” da honra e de bons costumes patriarcais, que operam apenas como disfarces para restabelecer a dominação masculina. Pelo contrário, as evidências colhidas nas discussões teóricas e a dolorosa realidade dos atendimentos na Delegacia da Mulher – onde a violência psicológica e a ameaça perpetradas por parceiros e ex-parceiros revelam a persistência neurótica do sentimento de posse – atestam que as antigas certezas de gênero apenas perpetuam o sofrimento e a barbárie.

Somente ao abrir-se à alteridade – reconhecendo a mulher não como objeto de controle e suporte fantasmático para aliviar a angústia da castração, mas como um sujeito desejante e autônomo – é que o homem poderá libertar-se de sua própria prisão neurótica. A desconstrução do patriarcado, portanto, revela-se como uma tarefa civilizatória inadiável, indispensável para que homens e mulheres possam inaugurar novas formas de existir e de se relacionar baseadas no respeito mútuo, na igualdade e no amor.

NOTAS

(1) Lembramos aqui que o abandono paterno e o consequente acúmulo de responsabilidades sobre as mães não é apenas um percalço pontual da vida privada; é uma crise social e estrutural profunda. Quando um homem se retira da responsabilidade de criar e sustentar uma criança, o peso invisível dessa escolha recai de forma brutal sobre o corpo e a mente da mulher. Infelizmente, no Brasil essa condição alcança boa parte dos lares em que houve uma dissolução conjugal.

(2) É preciso destacar que o modelo patriarcal que citaremos ao longo do trabalho se refere àquele herdado por nós brasileiros da tradição europeia ocidental, influenciada da cultura greco-romana, do cristianismo e das estruturas familiares e jurídicas modernas. O que, por óbvio, não contempla os demais modelos existentes em outras culturas.

(3) Não avançaremos aqui na explanação mais completa acerca da noção de gozo na perspectiva lacaniana (sugerimos conferir tal explanação em VIEIRA, F. M. O pathos pós-moderno: O gozo e as novas modalidades de subjetivação. Curitiba: Platô, 2026). Para efeito deste trabalho, partiremos da ideia de que o gozo é uma relação de excesso e usufruto que acontece entre o sujeito e o objeto (tratado aqui da maneira como a

psicanálise o entendeu).

Referências

- AMBRA, Pedro. *O que é um homem? Psicanálise e história da masculinidade no ocidente*. São Paulo: Annablume, 2015.
- BIANCHINI, A.; BAZZO, M.; CHALKIAN, S. *Crimes contra mulheres*. Salvador: Editora, Juspodium, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Difel, 2026.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREUD, Sigmund. *Fragmento de análisis de un caso de histeria Tres ensayos de teoría sexual y otras obras.* Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, Volumen 7, 1991.
- FREUD, Sigmund. (1923). *El yo y el ello y otras obras.* Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, Volumen 19, 1991.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2023.
- LEBRUN, J. P. *Um mundo sem limite: ensaio para uma clínica psicanalítica do social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.
- LIMA, E.D. *Homens, masculinidades e psicanálise*. São Paulo: Blucher, 2023.
- MELMAN, Charles. *O Homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- NASCIMENTO JÚNIOR, Francisco Edimar do; BRANCO, Paulo Coelho Castelo; SANTOS, Walberto Silva dos. *O conceito de masculinidade na obra de Raewyn Connell*. cadernos pagu, n. 76, e267603, 2026.
- PENNY, Laurie. *A nova revolução sexual: como a masculinidade tóxica e o fascismo moderno estão destruindo o mundo e como o contra-ataque feminista pode salvá-lo.* São Paulo: Editora Cultrix, 2022.
- REICH, Wilhelm. *A Revolução Sexual*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- TORT, Michel. *El fin del dogma paterno.* Buenos Aires: Paidós, 2008.

Credenciais dos autores

Fabiano de Mello Vieira

Psicanalista, Doutor e Mestre em Filosofia pela PUCPR, Pós-doutorando pela UFPR, professor e pesquisador na FAE – Centro Universitário e na Faculdade São Basílio Magno.

Como citar este trabalho

VIEIRA, Fabiano de Mello. As masculinidades e suas crises na pós-modernidade. In: Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais, 29, 2026. Curitiba: Centro Reichiano. ISBN 978-65-89012-07-8. Disponível em: <https://centroreichiano.com.br/anais/as-masculinidades-e-suas-crisis-na-pos-modernidade/>. Acesso em: 31/08/2026.